



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

090

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0183101-0

ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal
COMARCA: Jaboatão dos Guararapes -- 2ª Vara Criminal
APELANTE: Antônio César Gomes Dantas Júnior
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR: Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA: Desª. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. ESTELIONATO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. AUSÊNCIA DE PROVAS. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ATIPICIDADE DO CRIME DO ART. 288 CP. REQUISITOS PRESENTES: TIPICIDADE. ART. 89 DA LEI (9099/95). INAPLICÁVEL *IN CASU*.

I – Não há que se falar em absolvição, uma vez que as provas analisadas demonstram a materialidade e a autoria delitiva.

II – Reunindo os requisitos estabilidade e finalidade voltados para a prática de crimes, além da união de desígnios entre os acusados, resta caracterizado o crime de quadrilha ou bando.

III – É inaplicável a proposta de suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9099/95) visto que a pena aplicada foi superior a 01(ano). Precedentes. Sumula 243 STJ.

IV – Apelação improvida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0183101-0**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.


Presidente


Desª Alderita Ramos de Oliveira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

091

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0183101-0

ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal
COMARCA: Jaboatão dos Guararapes - 2ª Vara Criminal
APELANTE: Antônio César Gomes Dantas Júnior
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR: Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA: Desª. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

BRUNO CORREIA DE MENDOÇA SIMÕES, LEANDRO CISNEIROS SOARES, vulgo "Léo", que também se diz chamar Severino Henrique de Lima, **CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA, BRUNO ALEXANDRE BARRETO e ANTÔNIO CÉSAR GOMES DANTAS**, que também se identifica como **Maurício Alves da Silva**, todos qualificados nos autos (fls. 1-A e 1-B), foram denunciados pelas práticas previstas nos artigos 171, 297, 304 c/c art. 71 e artigo 288, todos do Código Penal.

Narra a inicial acusatória que:

"(...) No mês de novembro de 2007, nesta e em outras Comarcas, os denunciados, em concurso de agentes e de maneira continuada, com intuito de obter vantagem ilícita em prejuízo de inúmeros estabelecimentos comerciais, inclusive através da internet, efetuaram compras a prazo, apresentando cédulas de identidade civil, CPFs e comprovantes de cartões de crédito nas mesmas condições, abriram contas bancárias, financiaram veículos, indicando endereço de imóvel alugado exclusivamente com tal finalidade, associando-se para o cometimento de crimes da mesma espécie. Consta dos autos que foram realizadas compras na empresa Claro em nome de Antônio Justino da Silva Filho, João Manoel Ferreira, João Edson Marsola e Romero Marcos da Silva, bem como utilizando o talonário de cheques do Banco Unibanco, agência Shopping Guararapes, em nome de Cirlene Balbino da Silva, abrindo-se contas bancárias e confeccionando cartões de crédito e de lojas em nome de Maurício Alves da Silva e de Severino Henrique de Lima, sempre com o intuito de cometer fraudes (...)"

Em sentença de fls. 507/537, o magistrado acolheu, em parte, a denúncia, condenando os acusados nos tipos previstos nos artigos 171 c/c com o artigo 71 e art. 288, todos do Condex, para condenar **BRUNO CORREIA DE MENDOÇA SIMÕES** à pena de 05(cinco) anos e 3 (três)



PODER JUDICIÁRIO

092

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

meses de reclusão em regime fechado e 40(quarenta) dias-multa, no correspondente a 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo; **ANTÔNIO CÉSAR GOMES DANTAS JÚNIOR**, à pena de 6 (seis) anos e 9(nove) meses e 45(quarenta e cinco) dias-multa, no valor de 20 (vinte reais) o dia; **LEANDRO CISNEIROS SOARES**, à pena de 4 (quatro) anos e 08 (oito) meses em regime semi-aberto e 30(trinta) dias-multa, correspondente a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo; **CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA**, à pena 3(três) anos e 3 (três) meses de reclusão em regime semi-aberto e 20(vinte) dias-multa, correspondente a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo e, por fim, **BRUNO ALEXANDRE BARRETO**, à pena de 3(três) anos e 3(três) mês de reclusão em regime semi-aberto e 20(vinte) dias-multa, correspondente a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo.

Os réus **CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA** e **BRUNO ALEXANDRE BARRETO** tiveram suas penas privativas de liberdade substituídas por penas restritivas de direito (prestações de serviço à comunidade) pelo período de 03(três) anos e 03(três) meses.

Inconformado, apenas o réu **ANTÔNIO CÉSAR GOMES DANTAS** interpôs tempestivo recurso apelatório (fls.550), aduzindo, em suas razões recursais (fls. 582/593), que não há prova para a sua condenação; alega, ainda, a inexistência do crime de quadrilha ou bando e, subsidiariamente, requer a aplicação da pena em seu mínimo legal, haja vista não haver circunstância judicial em seu desfavor.

O representante ministerial apresentou contra-razões às fls. 596/597, requerendo a manutenção da sentença em todos os seus termos.

Nesta instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, às fls. 600/603, ofereceu parecer opinando pelo improvimento do recurso.

Está feito o relatório.

À douta revisão.

Recife, 06 de outubro de 2009.


Desª Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



093



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0183101-0

ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal
COMARCA: Jaboatão dos Guararapes - 2ª Vara Criminal
APELANTE: Antônio César Gomes Dantas Júnior
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR: Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATORA: Desª. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgíniô

VOTO

Cuida-se de processo-crime com cinco réus, dos quais apenas o réu **ANTÔNIO CÉSAR GOMES DANTAS JÚNIOR** apelou, uma vez que foi condenado à pena de 6 (seis) anos e 9(nove) meses e 45(quarenta e cinco) dias-multa, no valor de 20 (vinte reais) alegando, em suas razões recursais (fls.582/593), que não há prova para a condenação; pugna, ainda, pela inexistência do crime de quadrilha ou bando e, subsidiariamente, requer a aplicação da pena em seu mínimo legal, haja vista não haver circunstância judicial em seu desfavor.

No que tange à alegação de ausência de provas para a condenação, tal argumento não merece ser acolhido, haja vista que há prova da materialidade delitiva conforme auto de apresentação e apreensão (fls.24) e Laudos Papiloscópicos (fls.220/222) e a autoria delitiva está fartamente comprovada ante os depoimentos das testemunhas e confissões de alguns acusados.

Assim, vejamos o que disse **Juarez Félix da Silva**, agente de polícia civil que participou da diligência que deteve o recorrente, perante a autoridade policial (fls. 05):

"(...) que na revista realizada no interior do veículo que CÉSAR conduzia foram apreendidos mais uma grande quantidade de documentos, inclusive Carteira de Identidade e CNH em nome de MAURÍCIO ALVES DA SILVA com a fotografia de ANTÔNIO CÉSAR; QUE, CÉSAR também confessou que utilizava os documentos para abrir contas bancárias, adquirir cartões de créditos e realizar compras de aparelhos celulares via internet (...)"

Tal depoimento foi reafirmado em juízo (fls.316/317).

BRUNO CORREIA DE MENDONÇA SIMÕES, co-autor dos delitos acima transcritos, juntamente com o apelante e os outros comparsas, perante a autoridade policial, confessou (fls. 09):



094



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

"(...) QUE acerca de dois meses, o interrogado por intermédio de LEANDRO, mas conhecido LÉO, conheceu a pessoa de CÉSAR, este residente na cidade de Limoeiro/PE; QUE, o interrogado, de comum acordo, com CÉSAR e LÉO, resolveram ganhar dinheiro, utilizando-se de meio fraudulento; QUE, CÉSAR é a pessoa encarregada de adquirir documentos (carteiras de identidades, SNH, CPF) de pessoas idôneas e com nomes 'limpos' junto aos serviços de proteção ao crédito para adquirir APARELHOS DE TELEFONIA CELULAR, CARTÕES DE CRÉDITOS, FINANCIAMENTOS DE VEÍCULOS, ABRIR CONTAS BANCÁRIAS (...)"

Em juízo, **BRUNO CORREIA**, acrescentou (fls.239):

"(...) QUE ANTÔNIO CÉSAR GOMES DANTAS JÚNIOR é o constante na fotografia da cédula de identidade de fls. 26. (...)"

Ademais, **ANTÔNIO CÉSAR GOMES DANTAS JÚNIOR**, ora recorrente, diante da autoridade policial, confessa sua atuação na empreitada criminosa (fls.15):

"(...) QUE, tem conhecimento que **BRUNO** e **LEANDRO** fazem trambique há muito tempo, inclusive que Bruno já foi preso por ESTELIONATO; QUE, adquiriu um celular Claro em nome de Robson Silva Santana e vendeu um aparelho LG PRADA a OTÁVIO (...) QUE, com relação aos documentos apreendidos em poder do interrogado, passa a expor o seguinte: QUE, o CPF 088.649.114.21 e a carteira de identidade, RG. Nº 5.508.409/SSP/PE, em nome de MAURÍCIO ALVES DA SILVA, os recebeu do próprio MAURÍCIO que exigiu em troca uma quantia de trezentos reais ou uma tv em cores; que com relação ao citado RG de Maurício, o interrogado retirou a fotografia dele e pôs a sua; QUE, com relação a CNH (...) em nome de MAURÍCIO, que consta sua fotografia, o interrogado diz que scaniou numa Lan House em San Martin, de outro documento e preencheu os campos com os dados de MAURÍCIO ALVES DA SILVA; QUE, com relação a cédula de identidade nº 553029, em nome de JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA, recebeu de MANO sem fotografia e sem a assinatura na parte da frente; QUE, abriu uma conta corrente no Banco Real S/A, Ag. Limoeiro, em outubro de 2007, c/c 3003534-3, em nome de MAURÍCIO ALVES DA SILVA; QUE, em nome de MAURÍCIO ALVES DA SILVA fez cartões de créditos e débitos no BANCO



095



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

REAL, ELETRO SHOPPING, MARISA, CARREFOUR, LOJAS MAIA; QUE, dos citados cartões apenas utilizou para uma compra de um MP3 (...) QUE, em nome de ROMMEL NÓBREGA AIRES CAMPELO, via internet, comprou um celular K790 SONY ERICSSON e o repassou para SANGUINHO (...) por R\$ 550,00; QUE, a cópia da CNH de ROMMEL NÓBREGA AIRES CAMPELO com sua foto, foi utilizada para adquirir o celular já referido; QUE utilizou as cópias do CPF e do RG nº 6897325/SSP/PE, para comprar celulares; QUE, os cheques do CITIBANK em nome de LUCIENE CAMELO DE ANDRADE e EDSON DA COSTA LINS JÚNIOR foram dados em pagamento do TEMPRA (...).

A testemunha de acusação **CARLOS FERNANDO DE ARRUDA COSTA**, agente de polícia civil, diante da autoridade judiciária, asseverou (fls.313):

"(...) Ele depoente conferiu a placa do Temptra e cientificou junto à Delegacia de Polícia de que havia uma restrição judicial. Ele depoente pediu apoio do também policial Juarez Carlos Novaes que foi até o local e apreenderam o veículo Temptra que conduziram para a Delegacia de Polícia com os dois ocupantes. Inicialmente identificado por 'Bruno Correia Mendonça Simões' e outro com o nome de 'Severino Henrique de Lima', que depois foi constatado se chamar LEANDRO CISNEIRO SOARES. BRUNO CORREIA MENDONÇA SIMÕES disse que tinha comprado o veículo Temptra a ANTÔNIO CÉSAR GOMES DANTAS JÚNIOR. Que BRUNO CORREIA declarou morar na Rua Caracol, nº 701, apartamento 201, Bloco 08, no bairro da Piedade (...) Juarez e Carlos Novais (agentes policiais) foram no endereço indicado por BRUNO e lá encontraram dois outros rapazes e a companheira de BRUNO CORREIA. Um dos rapazes jogou uma cédula de identidade para fora do apartamento de BRUNO CORREIA em nome de LEANDRO CISNEIROS SOARES, e aí descoberto que aquele rapaz apreendido no lava-jato não se chamava Severino Henrique de Lima. Os dois rapazes que estavam no apartamento de BRUNO CORREIA chamavam-se CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA e BRUNO ALEXANDRE BARRETO (...) Que foram encontrados documentos em nome de várias pessoas na residência de BRUNO CORREIA MENDONÇA SIMÕES, que disse que ANTÔNIO CÉSAR GOMES DANTAS JÚNIOR é o cabeça de tudo. Eles policiais foram até a cidade de Limoeiro/PE onde localizaram a pessoa de ANTÔNIO CÉSAR GOMES DANTAS



096



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

JÚNIOR, que estava com um veículo Gol cor preta e que tentou se evadir quando notou a presença da Polícia, mas não conseguiu e foi detido. Que dentro do veículo gol dirigido por ANTÔNIO CÉSAR, eles policiais apreenderam grande quantidade de documentos, inclusive carteira de identidade e CNH em nome de Maurício Alves da Silva com a fotografia de ANTÔNIO CÉSAR, que disse que utilizava aqueles documentos com o nome de Maurício Alves da Silva para abrir contas bancárias, adquirir cartões de crédito e comprar aparelhos celulares (...).

Esse depoimento foi confirmado em juízo pelos agentes de polícia **JUAREZ FÉLIX DA SILVA** (fls.316) e **CARLOS ANTÔNIO DOS SANTOS NOVAES** (fls. 319).

A defesa também pugna pela atipicidade do artigo 288 do Código Penal, ao argumento de que para configurar o aludido tipo penal é necessário provar a estabilidade e permanência, o que caracterizaria o vínculo associativo com o fim de cometer crimes. Tal alegação não procede, tendo em vista que restou devidamente demonstrada, ante as provas colhidas na instrução criminal, em conjunto com os elementos de informação do inquérito policial, a existência de uma associação prévia e consolidada ao longo do tempo, reunindo os requisitos "estabilidade" e "finalidade" voltados para a prática de crimes, além da "união de desígnios" entre os acusados.

Vejamos, a propósito, jurisprudência do STJ:

STJ -- "(...) O crime de quadrilha se consuma, em relação aos fundadores, no momento em que aperfeiçoada a convergência de vontades entre mais de três pessoas, e, quanto àqueles que venham posteriormente a integrar-se ao bando já formado, no momento da adesão de cada qual; crime formal, nem depende, a formação consumada de quadrilha, da realização ulterior de qualquer delito compreendido no âmbito de suas projetadas atividades criminosas, nem, conseqüentemente, a imputação do crime coletivo a cada um dos partícipes da organização reclama que se lhe possa atribuir participação concreta na comissão de algum dos crimes-fim da associação. 2. Segue-se que a fundamentação da sentença condenatória por quadrilha bastara, a rigor, a afirmação motivada de o denunciado se ter associado a organização formada de mais de três elementos e destinada a prática ulterior de crimes; não é necessário, pois, que se demonstre a sua cooperação na prática dos delitos a que se destine a associação, aos quais se refira a denúncia, a título de evidências da sua formação anteriormente



097



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
consumada.(...)". (HC 70919, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE,
PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/12/1993, DJ 29-04-1994 PP-09731
EMENT VOL-01742-02 PP-00372).

Vale reforçar que os acusados estavam em comunhão de vontades para a prática delituosa, visto que, quando a polícia chegou ao apartamento de BRUNO CORREIA, alguém jogou o documento de identidade de LEANDRO CISNEIRO SORES pela janela e dentro daquela residência estavam CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA e BRUNO ALEXANDRE BARRETO.

Assim, vejamos o que disse LEANDRO CISNEIRO SORAES, co-réu nestes autos, no auto de prisão em flagrante (fls.11):

"(...) o interrogado há quatro meses conheceu as pessoas de BRUNO CORREIA DE MENDONÇA SIMÕES e CÉSAR; QUE com eles resolveram ganhar dinheiro utilizando-se de maneira fraudulenta. CÉSAR ficou encarregado de conseguir os documentos, enquanto que o interrogado e BRUNO se responsabilizavam em fazer as consultas dos documentos para posteriormente utilizá-los fazendo aquisição de aparelhos celulares e financiamentos de veículos; Que, o interrogado usando documentos de terceiros solicitou a operadora CLARO aproximadamente dez ou quinze aparelhos celulares; QUE, o interrogado fornecia o seguinte endereço para recebimento dos aparelhos: RUA RUBEM QUEIROGA, Nº 75, Casa, 01, Janga, Paulista/PE; o interrogado declina que se trata de uma casa que foi alugada pelo interrogado e BRUNO apenas para receber os aparelhos adquiridos de forma fraudulenta; QUE, aqui em Piedade, estava no apartamento alugado por BRUNO, onde ambos pretendiam realizar algumas transações ilegais, como por exemplo: FINANCIAR VEÍCULOS em nome de terceiros e posteriormente repassá-los e com isso obter vantagens financeiras; QUE, apenas três dias, o interrogado estava no apartamento de Bruno, diz que organizavam idéias e as documentações (RG, CNH, CPF) trazidos por CESAR para fazer as negociações (...) QUE, os diversos documentos apreendidos no apartamento de BRUNO foram trazidos por CÉSAR para serem feitas as transações bem como o talonário de cheques do UNIBANCO em nome de CIRLENE BALBINO DA SILVA (...) seria utilizado por ele e BRUNO para aplicar golpes no comércio (...)"



098



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Por fim, **THAYANE ELIAS CAVALCANTI**, companheira do réu **BRUNO CORREIA DE MENDONÇA**, confirma, em juízo, a presença no apartamento de **BRUNO CORREIA**, dos co-autores **CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA** e **BRUNO ALEXANDRE BARRETO**, *verbis* (fls.322):

"(...) Que **CARLOS JOSÉ** e **BRUNO ALEXANDRE** estavam no apartamento porque estavam ajudando na mudança (...) a mudança estava sendo feita num Tempa que **BRUNO CORREIA DE MENDONÇA** tinha comprado de **ANTÔNIO CÉSAR GOMES DANTAS JÚNIOR** e na Ipanema de **LEANDRO CISNEIROS SOARES** (...)".

A defesa também pugna pela aplicação dos benefícios despenalizadores do artigo 89 da Lei 9099/95, contudo melhor sorte não socorre ao recorrente, uma vez que o mesmo foi condenado à pena de 6 (seis) anos e 9 (nove) meses de reclusão (fls. 539), portanto, bem superior ao limite de 01(ano).

Nesse sentido trago à colação recente julgado da Corte Superior de Justiça:

STJ – "(...) *In casu*, a paciente foi condenada em primeiro grau à pena de 1 (ano) e 4 (quatro) meses de reclusão pela prática do delito descrito no art. 171, § 3º, do Código Penal, sendo tal condenação mantida pelo e. Tribunal a quo. Assim, resta afastada a possibilidade de oferecimento, pelo Ministério Público, da proposta de suspensão condicional do processo, se a pena cominada ao delito praticado pela paciente extrapola o limite legal. (Precedentes). Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido. (REsp 1074739/RS, Rel. Ministro **FELIX FISCHER**, QUINTA TURMA, julgado em 03/02/2009, DJe 16/03/2009).

Ademais, a **Súmula 243** do Superior Tribunal de Justiça dispõe que:

"O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano".

No tocante à insatisfação do apelante quanto ao regime fechado para o cumprimento da pena, também não há que ser acolhido, pois, muito embora a pena cominada esteja no patamar previsto para a aplicação



099



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

do regime semi-aberto (art. 33, §1º, "b", C.P.)¹, o juiz sentenciante fundamentou devidamente sua decisão ao imprimir regime mais gravoso de cumprimento da pena privativa de liberdade, em conformidade com os ditames do artigo § 3º, do art. 33, da Lei Substantiva Penal.

No que tange ao pedido do recorrente em ver sua pena diminuída, melhor sorte não lhe socorre, haja vista que o juiz sentenciante seguiu os ditames dos artigos 59 e 68, ambos do Código Penal, aplicando a reprimenda compatível com o número de vítimas e extensão dos prejuízos por elas suportados, mostrando-se necessário para a reprovação e prevenção dos crimes praticados, tudo em conformidade com o princípio do livre convencimento motivado, previsto no artigo 93, inciso IX, da Carta Maior.

Ante o expendido, em consonância com o parecer da Douta Procuradoria de Justiça, nego provimento ao apelo.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.


Desª Alderita Ramos de Oliveira
Relatora

Reclusão e detenção

Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

§ 1º (...)

§ 2º - As penas privativas de liberdade deverão ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os seguintes critérios e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso:

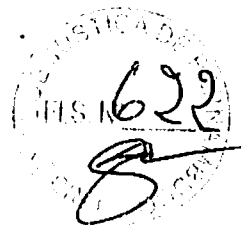
- a) o condenado a pena superior a 8 (oito) anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado;
- b) o condenado não reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semi-aberto;
- c) o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.

§ 3º - A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código.

AMT/AC/0183101-0



100



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**

PROCESSO Nº: 0183101-0
COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES
VARA: 2ª VARA CRIMINAL
APELANTE: ANTÔNIO CÉSAR GOMES DANTAS JÚNIOR
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO

VOTO REVISOR

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, **negando** provimento ao apelo, mantendo a sentença de primeiro grau em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 04/02/2009. 10

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor